

## “Racialidade, ensino e pesquisa”: uma análise das percepções dos docentes sobre as políticas públicas no Ensino Superior

*“Racality, teaching and research”: an analysis of teachers’ perceptions of public policies in Higher Education*

*“Racialidad, docencia e investigación”: un análisis de las percepciones de los profesores sobre las políticas públicas en Educación Superior*

**Lucas Santiago do Santos** (lucassantiagodossantos@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil.

**Diuliana Nadalon Pereira** (diulinadalon@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil.

**Larissa Lunardi** (larissalunardi18@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil.

**Keiciane Canabarro Drehmer-Marques** (keiciane.marques@ufsc.br)

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil.

### Resumo:

O processo de construção do Brasil, a partir do colonialismo, com a escravização dos povos africanos e indígenas, gerou inúmeras marcas de exclusão nestes grupos, assim como o próprio racismo e suas múltiplas formas de manifestações. Por isso, consideramos necessário investigar como o tema é compreendido nas mais diversas áreas, incluindo no Ensino de Ciências. Dessa maneira, neste estudo verificamos as percepções de docentes da área sobre as relações étnico-raciais e as implicações das Políticas Públicas no Ensino Superior a partir de discussões realizadas no episódio online acerca da ‘Racialidade, ensino e pesquisa’, do canal Educação em Ciências UFSM. A pesquisa é de natureza qualitativa e o método de análise utilizado foi a Análise Textual Discursiva. Do processo emergiram duas categorias: a) Inclusão e pertencimento: suas múltiplas interfaces; e, b) Enfrentamento ao racismo: implicações oriundas das desvantagens historicamente acumuladas. De modo geral, a partir da análise constatamos que a percepção dos docentes é favorável ao desenvolvimento das Políticas Públicas no Ensino Superior, pois concordam que contribuem para maior inclusão da população negra, assim como auxiliam no enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais.

**Palavras-chave:** Ensino de Ciências; Étnico-Racial; Formação docente.

### Abstract:

The process of construction of Brazil, from colonialism, with the enslavement of African and indigenous peoples, generated numerous marks of exclusion in these groups, as well as racism itself and its multiple forms of manifestations. Therefore, we consider it necessary to

investigate how the topic is understood in the most diverse areas, including Science Teaching. In this way, in this study, we verify the perceptions of professors in the area about ethnic-racial relations and the implications of Public Policies in Higher Education, based on discussions carried out in the online episode about “Raciality, teaching and research”, from the channel Education in Sciences UFSM. The research is qualitative in nature and the method of analysis used was the Discursive Textual Analysis. Two categories emerged from the process: a) Inclusion and belonging: its multiple interfaces; and, b) Confronting racism: implications arising from historically accumulated disadvantages. In general, from the analysis, we found that the perception of teachers, in excellence, is favorable to the development of Public Policies in Higher Education, as they agree that they contribute to greater inclusion of the black population, as well as help in the fight against racism and inequalities racial.

**Keywords:** Science Teaching; Ethnic-racial; Teacher formation

**Resumen:**

El proceso de construcción de Brasil, a partir del colonialismo, con la esclavización de los pueblos africanos e indígenas, generó numerosas marcas de exclusión en estos grupos, así como el propio racismo y sus múltiples formas de manifestaciones. Por lo tanto, consideramos necesario investigar cómo se entiende el tema en las más diversas áreas, incluida la Enseñanza de las Ciencias. Así, en este estudio, verificamos las percepciones de los profesores del área sobre las relaciones étnico-raciales y las implicaciones de las Políticas Públicas en la Educación Superior, a partir de las discusiones realizadas en el episodio online sobre “Racialidad, docencia e investigación”, del canal Enseñanza de las Ciencias UFSM. La investigación es de naturaleza cualitativa y el método de análisis utilizado fue el Análisis Textual Discursivo. Del proceso surgieron dos categorías: a) Inclusión y pertenencia: sus múltiples interfaces; y, b) Enfrentando el racismo: implicaciones derivadas de las desventajas históricamente acumuladas. En general, del análisis encontramos que la percepción de los docentes, en excelencia, es favorable al desarrollo de Políticas Públicas en Educación Superior, pues coinciden en que contribuyen a una mayor inclusión de la población negra, así como ayudan en la lucha contra el racismo y las desigualdades raciales.

**Palabras-clave:** Enseñanza de las Ciencias; Étnico-racial; Formación de profesores.

## INTRODUÇÃO

A história do Brasil, por mais de três séculos, foi marcada pela escravização de povos indígenas, negros e mestiços, tal forma de exploração de trabalho humano serviu como base para a expansão da dominação colonial. Segundo Quijano (2005), o fato da América ganhar uma privilegiada posição com o comércio de ouro, prata e de outras mercadorias produzidas com o trabalho escravo; e por possuir uma vantajosa localização com relação às navegações no Atlântico, onde ocorriam as transações das mercadorias para o mercado mundial, fez com

que os brancos (do século XVIII em diante, os europeus) conquistassem uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. Assim, por meio dos metais preciosos da América houve um crescimento progressivo na monetarização do mercado mundial, o qual permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção. A partir disso, reforça-se e consolida-se a dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais.

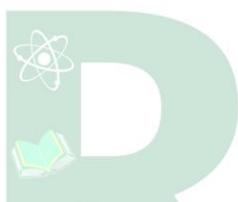
Sinalizamos que, no presente estudo, não temos o intuito de elaborarmos um extenso exercício teórico sobre a gênese do racismo e colonialismo, apenas uma breve contextualização histórica, bem como acerca da genealogia da raça no campo científico brasileiro, a qual também influenciou no processo de produção de desigualdades. Pesquisas (KERN, 2016; GUIMARÃES, 2008) destacam as teorias racialistas e as teorias eugenistas produzidas no país, entre século XVIII e XX, não como simplesmente um conjunto de preceitos pseudocientíficos ou apenas um condenável equívoco intelectual, mas como um projeto intencional que busca promover uma ideia de progresso nacional baseada na preocupação da constituição biológico-racial da população brasileira. Posto isso, partiremos desses pressupostos para pensarmos diretamente nas desvantagens expressas no campo educacional.

O trabalho escrito por Barros (2016) “*Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX*” nos traz algo já constatado na histografia da educação, que são os impedimentos descritos nas legislações sobre o acesso à escolarização da população negra. A autora afirma:

Ao contrário de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em muitas localidades, os regulamentos proibiam a matrícula a escravos apenas no nível primário e, no secundário, esses sequer eram mencionados. A interdição no nível primário seria suficiente? Ou seja, a exclusão de escravos no nível secundário era algo tão consensual que nem havia necessidade de inscrevê-la na lei? Por que, nas três primeiras províncias, isso era diferente, ou seja, qual a necessidade de que os regulamentos do ensino secundário fossem explícitos? Haveria riscos de escravizados tentarem se matricular no nível secundário? (BARROS, 2016, p. 598).

Segundo Asphe (2012), a Lei 1 de 1837 proibia negros de estudarem, fossem eles escravizados ou não. Posteriormente, o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores e professoras (BRASIL, 1854). Esses regulamentos explicitavam o acesso, historicamente negado, a esses povos no processo de escolarização. No entanto, ao longo dos anos, o movimento negro e indigenista, por meio de lutas e reivindicações por reconhecimento e medidas compensatórias,

foi avançando em algumas conquistas. Conforme Marques (2018), no seu artigo “*O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra*”, a partir de 1990 temos a implantação de ações afirmativas que gradativamente foram trazendo um novo desenho para a política de educação superior, proporcionando o acesso a um novo perfil de ingressantes nas universidades públicas. O autor destaca que esses ingressantes em sua maioria são a primeira geração de sua família a ingressar no Ensino Superior, pois anterior a isto não havia políticas de promoção de igualdade racial, ou seja, era inviabilizada a entrada de jovens negros nas universidades (MARQUES, 2018). A Lei de Cotas, nº. 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). Cabe também ressaltarmos o artigo nº. 43 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevê a finalidade da educação superior:



IV- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996, art. 43º).

A abordagem desses conhecimentos pode e deve ser realizada nas mais diversas áreas do conhecimento, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288/2010 prevê que os conhecimentos relativos à história da população negra no Brasil devam ser abordados no âmbito de todo currículo escolar, abarcando as contribuições para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país (BRASIL, 2010). É necessário buscar formas de desenvolver o conhecimento e posicionamento crítico a respeito dos processos históricos que ocorreram na história do Brasil, com as diversas culturas existentes dentro de todos os componentes curriculares, incluindo o Ensino de Ciências.

Salientamos que a discussão acerca de racialidade se faz urgente na formação docente. Nesse sentido, Verrangia (2013) indica que os professores e as professoras se sentem despreparados e despreparadas, inseguros e inseguras para abordar questões acerca das relações étnico-raciais. Consideramos esse dado como alarmante, por isso, necessita de intervenções urgentemente. Corroborando essa ideia, em outro trabalho, Verrangia (2016) destaca que há carências de estudos envolvendo as diversidades étnico-raciais e o combate ao racismo e às desigualdades. Além disso, “a formação inicial e continuada de professores de Ciências não tem preparado esses e essas profissionais para lidar pedagogicamente com as relações étnico-raciais vividas no cotidiano da escola” (VERRANGIA, 2016, p. 97).

Diante do exposto, reforçamos a importância da reflexão acerca das questões de étnico-raciais e das Políticas Públicas no Ensino Superior. Discussões sobre ações afirmativas, capazes de combater o racismo, devem ser incorporadas nos cursos de formação inicial, pós-graduações, bem como na formação permanente, isto é, devem se fazer presentes em todas as instituições de ensino. Também é importante destacar a distinção entre o racismo institucional e o estrutural. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização, que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 47). Assim, não há como combater a desigualdade racial nas instituições sem produzirmos ações efetivas que auxiliem na luta antirracista. Para isso, são necessários cada vez mais estudos que avaliem, tanto a situação da realidade social em que a população negra está imersa quanto os espaços de formação sobre a temática racial, para possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas educacionais eficientes na minimização das desigualdades.

Dessa forma, com a finalidade de contemplar esse tema e buscar possíveis caminhos para a superação dos desafios ainda existentes, o canal do *YouTube* “Educação em Ciências UFSM<sup>1</sup>” promoveu um espaço de discussão sobre “Racialidade e Ensino de Ciências”. A partir do episódio foi enviado um formulário aos participantes para avaliar suas percepções a respeito das implicações das Políticas Públicas educacionais no combate ao racismo e às desigualdades raciais no Ensino Superior.

## CONTEXTO DO CANAL EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

O canal do *YouTube* “Educação em Ciências UFSM” surgiu a partir do projeto de extensão “Ciclos formativos de professores *online*: promoção de diálogos sobre educação”, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que começou a ser desenvolvido em 2020, devido ao ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. A proposta buscou ampliar os espaços de formação a partir de recursos digitais, possibilitar reflexões sobre assuntos atrelados à Educação, além de divulgar o Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECQVS) (MARQUES et al., 2021).

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/@educacaoemcienciasufsm5829>

A organização do projeto e do canal, desde sua criação, é realizada pelos discentes e pelas discentes do PPGECQVS, bolsistas do projeto, professores e Técnicos Administrativos em Educação da UFSM. No primeiro ano de execução, o Canal Educação em Ciências UFSM realizou 44 *lives*, com a participação de palestrantes de diversas regiões brasileiras e inclusive uma palestrante de Portugal. Para o ano de 2021, foram realizadas adaptações no formato do canal, devido ao retorno híbrido e/ou presencial de algumas instituições de ensino no país. Em 2021, os ciclos formativos foram estruturados no formato de série, intitulada: “Encontros virtuais: diálogos sobre educação”, que reuniu 25 episódios, em três temporadas. Os encontros de cada episódio foram estruturados no formato de mesa redonda, em que os professores convidados e as professoras convidadas discutiam sobre uma temática a partir da mediação de um representante da organização do projeto. A discussão era gravada e editada, compondo um episódio de 35 a 50 minutos, e depois adicionada ao canal do *YouTube* (RODRIGUES *et al.*, 2021).

O público-alvo do projeto foram os profissionais da educação, bem como os docentes em formação inicial e continuada da Educação Básica e Ensino Superior, e, também, estudantes de Pós-Graduação. O projeto possibilitou a participação e a certificação do público interessado, assim, após cada episódio, os participantes respondiam a um formulário, o qual continha uma pergunta acerca do tema abordado. Para a obtenção do certificado, os participantes e as participantes deveriam cumprir requisitos quanto à quantidade de respostas correspondente aos episódios da temporada, também foram analisadas as escritas dessas quanto a sua coerência à temática e à fala ministrada pelos e pelas palestrantes.

A primeira temporada foi constituída por sete episódios, os quais abordaram as seguintes temáticas: 1) Formação de professores e professoras; 2) Cinema no Ensino de Ciências; 3) Aprender pela pesquisa; e, 4) Interdisciplinaridade no Ensino de Ciências da Natureza. Na segunda temporada, foram abordados oito episódios sobre os seguintes temas: a) Alfabetização Científica e Tecnológica na Educação em Ciências; b) Racialidade, ensino e pesquisa; c) Inclusão escolar; e, d) Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Ciências. Por fim, na terceira temporada, composta por dez episódios, foram exibidas as discussões acerca de: i) Mulheres na Ciência; ii) Iniciação Científica na Educação Básica; iii) Formação de professores e professoras e a pesquisa na Educação Básica; iv) Educação social: retratos da realidade; e, v) Questões de Gênero e Diversidades Plurais na Educação. Ao total, nas três temporadas, contamos com a participação de 28 palestrantes do Brasil, os quais contribuíram

com as discussões das temáticas citadas acima. O foco deste estudo será sobre o episódio dois da segunda temporada, o qual abordou sobre Racialidade, Ensino e Pesquisa.

O primeiro episódio da temática iniciou a discussão, situando a organização social historicamente construída, a qual formava dualidades entre seres humanos considerados supostamente como “superiores” (representados pelos brancos e europeus) e aqueles considerados como inferiores (formados pelos negros e africanos) - reflexo do preconceito e da escravidão que ainda refletem na sociedade atual. Essa contextualização também foi destacada em função da ciência ser um dos pilares para justificar esse comportamento, por meio da eugenia, em conjunto com o poder do Estado e a Igreja Católica, que consideravam que os não-brancos não tinham alma. Na *live* foi discutido esse processo de transformação dos negros e das negras de sujeitos da pesquisa para sujeitos pesquisadores.

Durante o segundo episódio foram discutidos elementos relacionados aos negros e às negras na academia, considerando que ainda há a necessidade de se conquistar e de permanecer nesse espaço, uma vez que existem poucos professores negros e poucas professoras negras nas universidades e além de carecer de debate sobre racialidade nesses ambientes. Além disso, foram abordadas questões sociais relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos negros e pelas negras para acessar as universidades, como, por exemplo, a necessidade de trabalhar enquanto estuda. Dessa forma, foram discutidas Políticas Públicas educacionais no Ensino Superior, com ênfase em ações afirmativas étnico-raciais, destacando a importância de uma equidade social e racial para que, conseqüentemente, tenha-se uma maior participação dos negros e das negras na pesquisa brasileira.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois valoriza a perspectiva dos e das participantes durante todo processo de análise (LUDKE; ANDRÉ, 2012). Além disso, caracteriza-se como exploratória, tendo em vista a busca por elementos que embasam e dão sustentação à questão investigada (GIL, 2002). Os dados deste estudo foram obtidos a partir de um episódio produzido pelo projeto de extensão intitulado: “Ciclos formativos de professores *online*: promoção de diálogos sobre educação”, organizado pelo Canal Educação em Ciências da UFSM.

O episódio, objeto de investigação deste estudo, foi intitulado como “Racialidade, ensino e pesquisa” e foi proferido pelo mestrando e pesquisador Henrique da Rosa Muller e

pela professora Marta Regina dos Santos Nunes, mediada pelo mestrando e representante da organização, Lucas Santiago dos Santos. Esses professores e pesquisadores, além de desenvolverem pesquisas sobre a temática, compartilharam suas próprias experiências enquanto cientistas negros na academia. Outrossim, destacamos que o episódio ocorreu em duas partes. Como já mencionado, para a certificação, os ouvintes devem responder (em cada episódio) um formulário, o qual contém uma questão relativa ao assunto abordado, além de preencherem alguns dados pessoais, como formação acadêmica, atuação profissional, e-mail, dentre outras. Nesse caso, optamos por analisar as respostas obtidas apenas na segunda parte desse episódio, qual seja: “[...] qual a importância das Políticas Públicas no Ensino Superior para grupos que sofrem com desvantagens historicamente acumuladas?”. Responderam ao formulário 22 participantes, sendo esse material o nosso corpus de estudo. Destacamos que os respondentes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados para fins acadêmicos, mantendo o anonimato deles e seguindo os preceitos éticos da pesquisa. Assim, os participantes foram identificados com a letra P, seguido de número em ordem crescente: P1, P2 até P22.

A análise ocorreu por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), uma metodologia de análise de dados que busca gerar novos significados e compreensões das questões investigadas. A ATD é organizada em três etapas, as quais correspondem: à unitarização, à categorização e à produção de metatextos (MORAES; GALIAZZI, 2016). Na unitarização, comumente são retiradas as unidades de significado, as quais representam discussões que ajudam a responder ao problema de pesquisa, nesse caso, as próprias respostas dos e das participantes representam as nossas unidades. Na categorização, as unidades são aproximadas de acordo com a presença de elementos comuns entre elas, dando origem às categorias de análise. Do processo de categorização emergiram as seguintes categorias: a) Inclusão e pertencimento: suas múltiplas interfaces; e, b) Enfrentamento ao racismo: implicações oriundas das desvantagens historicamente acumuladas. Por fim, na produção de metatextos são realizadas as discussões das categorias, em que se usam as unidades, bem como referenciais teóricos para responder ao problema de pesquisa delimitado: ‘Qual a percepção dos professores e professoras participantes do encontro virtual acerca da Racialidade sobre as implicações das Políticas Públicas no Ensino Superior para grupos que sofrem com desvantagens historicamente acumuladas?’

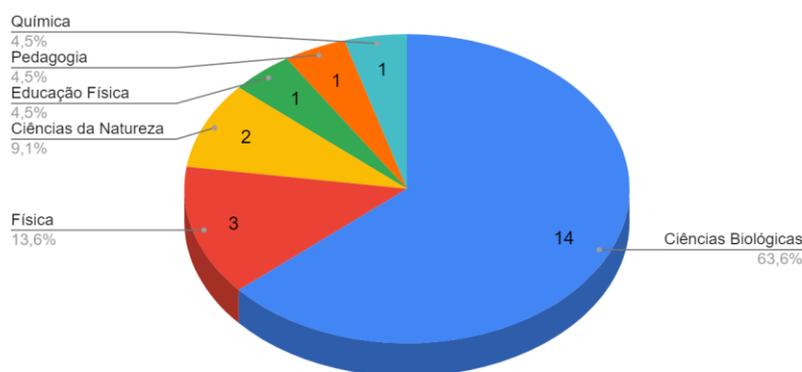
### **Perfil dos participantes**

*Recebido em: 10/03/2023*

*Aceito em: 10/05/2023*

Por meio de um formulário virtual, obtivemos as informações do perfil dos e das participantes, como área de formação, atuação profissional, maior titulação acadêmica, faixa etária, gênero e estado. Os dados do formulário foram obtidos no primeiro episódio da temporada para conhecer de forma geral o público participante, porém não perguntamos sobre a declaração étnico-racial dos participantes, um equívoco que foi percebido posteriormente à realização dessa atividade, apenas no momento da escrita e da análise dos dados. Tal questionário continha, ainda, a questão analisada e discutida neste artigo. Em relação à área de formação dos e das 22 participantes da pesquisa, podemos observar na Figura 1, abaixo.

**Figura 1-** Formação acadêmica dos participantes.



**Figura 1-** Formação acadêmica dos participantes.

**Fonte:** As autoras e os autores (2022)

Conforme visualizamos na figura acima, é possível constatar que dos e das 22 respondentes, 20 são da área das Ciências da Natureza, sendo apenas um participante da Pedagogia e outro da Educação Física. No que se refere à atuação dos e das participantes, 7 são professores e professoras da Educação Básica, 11 são estudantes de graduação, 3 são estudantes de pós-graduação (1 mestrando e 2 doutorandas) e 1 professora do Ensino Superior. Referente à faixa etária dos sujeitos investigados, é possível observar (Quadro 1) que a maior representatividade (78,8%) são professores e professoras com até 34 anos de idade.

**Quadro 1-** Faixa etária dos participantes.

Faixa etária	Número de participantes
--------------	-------------------------

18 a 24 anos	9
25 a 34 anos	7
35 a 44 anos	3
45 a 54 anos	3
55 a 64 anos	0
A partir de 65 anos	0

Fonte: As autoras e os autores (2022)

Em relação ao gênero dos e das 22 participantes, 15 se declaram do gênero feminino e 7 do masculino, sinalizamos, ainda, que nenhum dos sujeitos optou em se declarar de outro gênero. No que tange ao perfil de distribuição geográfica dos e das participantes no país, identificamos a presença de sujeitos que residem em 12 estados do Brasil, os quais correspondem: ao Rio Grande do Sul, ao Amazonas, a Pernambuco, a Santa Catarina, ao Pará, ao Rio de Janeiro, à Paraíba, ao Maranhão, a São Paulo, a Goiás, a Minas Gerais e ao Mato Grosso do Sul. Uma premissa para o alcance de interessados e interessadas de diferentes regiões brasileiras é devido à divulgação do Canal Educação em Ciências UFSM, pelas redes sociais próprias e demais colaboradores e colaboradoras vinculados às diferentes instituições de ensino do Brasil.

## Revista Insignare Scientia

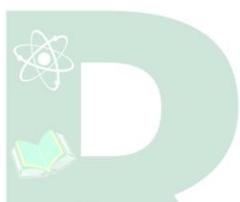
### RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da ATD emergiram 45 unidades de significado, sendo que duas delas foram descartadas por constituíam as duas categorias: a) Inclusão e pertencimento: suas múltiplas interfaces; e, b) Enfrentamento ao racismo: implicações oriundas das desvantagens historicamente acumuladas. As unidades de significado estão apresentadas no decorrer do texto, em *itálico*. Além disso, em algumas unidades foram feitas adequações ortográficas para facilitar a leitura. A seguir, estão apresentados os metatextos construídos a partir de cada categoria não contemplarem a pergunta. Portanto, 43 unidades de significado

#### **Inclusão e pertencimento: suas múltiplas interfaces**

A categoria é composta por 28 unidades de significado, as quais emergiram das respostas de 17 participantes (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P8, P9, P10, P14, P16, P17, P18, P19, P20, P21 e P22). De modo geral, todas elas abarcam reflexões sobre a importância da inclusão e do pertencimento - o que está intrinsecamente relacionado com a necessidade de combater o racismo em suas diferentes dimensões. Todavia, em uma análise mais minuciosa, identificamos que esses dois elementos apresentam múltiplas interfaces, as quais podem dividir-se em cinco conjuntos de discussões, referentes: à necessidade de lutar por espaços na universidade; à busca por igualdade e equidade; à construção de uma educação de qualidade; à importância do incentivo e da oportunidade; e ao sentimento de pertencimento.

A discussão referente à *necessidade de lutar* por espaços na universidade foi mencionada por oito participantes (P1, P2, P3, P10, P14, P16, P17 e P20), estando presente em 10 unidades. Como por exemplo:



*“[...] Ter voz para debater, lutar por seu espaço nos estudos e nas pesquisas” (P1\_U3)*

*“Essas Políticas Públicas ajudam no engajamento para não desistir de lutar, para lutar pelos seus direitos e conseguir ocupar cada vez mais o espaço na docência e na comunidade científica” (P20\_U40)*

Isso demonstra o reconhecimento dos professores e das professoras diante das lutas e das pressões promovidas para o acesso aos espaços nas universidades. De acordo com Marques (2018), as Políticas Públicas no Ensino Superior são frutos das reivindicações dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, que fez pressão ao governo em buscar estratégias e políticas para a população negra e para a democratização da Educação Superior, que anteriormente eram compostas por uma classe privilegiada.

Seis participantes (P5, P8, P10, P14, P17 e P20) mencionam a *Busca por igualdade e equidade* como um dos elementos da essência das Políticas Públicas no Ensino Superior. Tal elemento foi identificado em seis unidades, dentre elas:

*“Fundamental, base ou sustento para lutar contra as diferenças sociais, raciais tanto historicamente como estruturalmente. Muito do que foi conquistado (que ainda é pouco) está sendo tirado ou perdido e precisamos reafirmar que a educação só é legítima quando atende a todos de maneira igualitária e a utilização do meio legal a certeza de se conseguir firmar os direitos e diminuir as diferenças evidentes. Por exemplo: Cotas Raciais, essenciais para resolver os problemas da marginalização do negro na educação superior. Debates, Congresso, Artigos: Produção científica dos pares, conscientização, proporcionar a ressignificação cultural e histórica da população em geral sobre os entraves pesados para comunidade negra (e latina ou LGBTQI+). Políticas e ações como essas só devem ser mais reafirmadas e fomentadas principalmente no tempo de loucura (governante), desinformação e negação científica de hoje” (P8\_U16)*

“[...] as cotas também são muito importantes para a diminuição dessa desigualdade social” (P17\_U34)

As concepções de igualdade se materializam por meio das Políticas Públicas no Ensino Superior, conquistadas no âmbito do Ministério da Educação (MEC), que dispõem sobre a indução de ações afirmativas para ingresso e permanência da população negra e indígena no Ensino Superior. A implementação dessas medidas compensatórias, até os dias de hoje, gera discussões entre gestores públicos e militantes para a consolidação delas. Isto é, ainda está em um campo de disputa, afirmação ou negação das relações identitárias na sociedade, mas sem dúvida tem proporcionado mudanças significativas em relação ao acesso aos diferentes níveis de ensino.

Quatro participantes (P4, P9, P10 e P17) defendem a *importância do incentivo e da oportunidade*, o que pode e deve ocorrer por meio da implementação de Políticas Públicas no Ensino Superior, para que cada vez mais a população negra curse o Ensino Superior e possa realizar pesquisas na universidade. Tal reflexão pode ser percebida nas seguintes unidades:



“As Políticas Públicas precisam incentivar às populações com desvantagens historicamente acumuladas a participarem da realidade da universidade, incentivando-os a realizarem pesquisas científicas [...]” (P4\_U9)

“É de suma importância a existência de Políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior, pois elas promovem a inclusão de grupos considerados excluídos pela sociedade, possibilitando a oportunidade de acesso à formação acadêmica para o cidadão com condições menos favorecidas, para que ele possa usufruir desse espaço, que na maioria das vezes são ocupados pelas classes de condições mais favoráveis” (P9\_U17)

As Políticas Públicas no Ensino Superior, como instrumentos para o desenvolvimento da educação, também precisam do auxílio dos canais de comunicação para informar e estimular a escolarização e a participação mais efetiva da população negra na sociedade. Gonçalves e Silva (2005) destacam o papel da imprensa negra no entendimento da importância da escolarização, assim como denunciar o preconceito e incentivar a lutar contra ele.

Quatro unidades dizem respeito à *construção de uma educação de qualidade*, identificadas nas respostas de quatro participantes (P2, P18, P19 e P22):

“[...] É a partir da educação que se garante uma melhor qualidade de vida e que transforme a vida do próximo seja na representatividade ou na ação direta aos grupos mais desfavorecidos historicamente” (P2\_U5)

“[...] e desenvolvendo uma educação igualitária. Com isso, essas políticas acabam por diminuir a evasão de negros no ensino superior” (P19\_U39)

Neste sentido, fica evidente que há, por parte dos professores e das professoras, o entendimento das Políticas Públicas no Ensino Superior como melhoria de vida para a população negra. Mas também cabe ressaltar a melhoria na qualidade do ensino, pois quanto maior a diversidade étnico-racial nos espaços, mais distantes ficamos de um monólogo ou referencial único sobre a história da humanidade. Sousa, Silva e Santos (2020, p. 222) enfatizam:

Sabe-se que não basta apenas criar políticas afirmativas com o intuito de obter como resposta uma educação de qualidade, sem discriminação e com as diferenças culturais respeitadas, mas também se deve criar um ambiente reflexivo e com subsídios necessários para estimular os profissionais da educação e a comunidade escolar a assumirem o desafio e a responsabilidade na efetivação de tais propostas.

Diante do exposto, destacamos que para a construção de uma educação de qualidade é preciso fortalecer uma formação cidadã que busque combater as discriminações e desigualdades raciais. Além disso, que abarque “discussões sociais que contemplem a valorização e aceitação cultural da comunidade afrodescendente” (SOUSA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 218). Por isso, é urgente problematizar a importância de se discutir a racialidade na formação de professores e professoras das diferentes áreas do conhecimento, realçamos, aqui, a ênfase no Ensino de Ciências.

Por fim, três participantes (P6, P14 e P21) fizeram referência ao *Sentimento de pertencimento* que as Políticas Públicas no Ensino Superior podem desenvolver em estudantes e pesquisadores negros, compondo três unidades. Por exemplo:

“[...] promove reconhecimento e inclusão quando existem várias pessoas que sofrem das mesmas coisas, gera se um sentimento de pertencimento visto que muitas pessoas veem o ensino superior como algo impossível” (P6\_U14)

“Destacando também que se juntar aos pares auxilia para não se sentir sozinho, mas amparado, contribuindo nessa luta contra os retrocessos [...]” (P14\_U28)

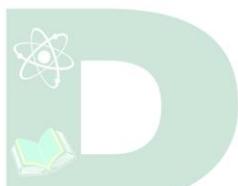
“[...] É importante que as pessoas ganhem local de fala em todos os ambientes e consigam adentrar todos os programas e projetos para auxiliar na desconstrução de paradigmas bem como, em meios de levar essas pautas para dentro da educação” (P21\_U44)

Além das Políticas Públicas, outra forma de gerar o sentimento de pertencimento nos espaços acadêmicos seriam as associações e os coletivos de negros e negras que lutam por um projeto político-pedagógico enegrecido. Embora isso também possa vir a somar nas demandas cotidianas dos estudantes que trabalham e estudam, e, posteriormente, serem marcados a partir do cansaço, com o estigma de preguiçosos, como relatado na pesquisa desenvolvida por Maria Rita Py Dutra (2018), sobre os “*Cotistas negros da UFSM e o mundo de trabalho*”.

## Enfrentamento ao racismo: implicações oriundas das desvantagens historicamente acumuladas

Esta categoria é constituída por 15 unidades de significado, as quais emergiram das respostas de 12 participantes (P1, P3, P4, P6, P10, P11, P13, P15, P16, P18, P19 e P21). As unidades se referem aos seis elementos relacionados à discriminação e aos desafios vividos pela população negra, quais sejam: Retrocessos político-sociais; Racismo Estrutural; Racismo Institucional; Racismo Cotidiano; e-Preconceito.

Também foram apontados os *Retrocessos político-sociais* que o governo atual (2022) ocasiona ao diminuir recursos e não incentivar a pesquisa e a educação nas Instituições de Ensino Superior. Identificamos três unidades correspondentes a esse elemento, nas respostas de três participantes (P1, P4 e P10). Alguns exemplos:



“[...] algo que a cada ano vai regredindo, as bolsas para cotas nas Graduações, nas Pós-Graduações. O que tentam é diminuir o acesso de pessoas a ocuparem esses espaços [...]” (P1\_U2)

“[...] É preciso também que a população acadêmica lute pelos seus direitos conjuntos enquanto ao direito a uma educação superior de qualidade, tendo em vista os ataques longínquos dos governos contra as universidades públicas” (P4\_U11)

A partir do trabalho de Lampert (2007) *“Desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia”*, compreendemos os apertos nos investimentos, os quais as universidades públicas do Rio Grande do Sul estão enfrentando diante da política neoliberal que agrava a distribuição de recursos e gera diversos problemas crônicos. Isso reflete diretamente nas Políticas Públicas educacionais e na manutenção da qualidade, do acesso e da permanência ao Ensino Superior, como mencionado nas respostas.

O *Racismo Estrutural* foi citado em quatro unidades, as quais emergiram das respostas de quatro participantes (P3, P6, P18 e P19). Seguem alguns exemplos:

“O principal fator é se manter, hoje o número de negros que chegam a uma universidade é baixíssimo, se para chegar é difícil se manter é pior ainda [...]” (P3\_U6)

“São fundamentais para a manutenção da pessoa e também para promover o acesso que foi impossibilitado por muito tempo” (P6\_U13)

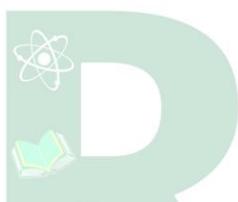
“Além de ser uma reparação histórico-social as Políticas Públicas no ensino superior visam diminuir as desigualdades acumulativas causadas tanto pela história da escravidão quanto pelo racismo estrutural, com o propósito de eliminar o ensino elitista [...]” (P18\_U36)

Quando falamos em racismo Estrutural, é importante salientar que a base econômica do país, por mais de três séculos, foi a exploração do trabalho forçado dos africanos e

indígenas. Além de que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão e a pouco tempo foi possível conquistar mínimas reparações históricas. Com isso, segundo Quijano (2005, p. 120):

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial.

Intimamente relacionado ao Estrutural está o *Racismo Institucional*, mencionado em três unidades, por três participantes (P11, P15 e P16):



“A questão de que em 2022 não há previsão de cotas na educação é como o citado desmonte da educação, como citei no início, em que uma minoria que tem um poder além do nosso deseja que retorne esse método de educação elitizada [...]” (P11\_U23)

“As Políticas Públicas são vitais para o combate a hegemonia que perpetua muito das vezes no ensino superior” (P16\_U31)

A diferenciação do racismo Estrutural para o Institucional é de suma importância para a visualização das desvantagens e dos privilégios, com base na raça, presentes nas instituições, visto que destaca as diferenças reproduzidas por meio das regras e das normas que atuam na manutenção da supremacia branca. Um exemplo disso seria a própria forma de acesso ao Ensino Superior público, que precisou de Políticas Públicas para neutralizar os efeitos das desigualdades sociais.

O *Racismo Cotidiano* foi indicado em três unidades, por dois participantes (P11 e P13). Essa unidade retrata o que foi comentado pelos professores convidados no episódio:

“A importância das Políticas Públicas serve para debater e direcionar situações que requerem um olhar mais cuidadoso e que de certa forma podem passar sem a devida atenção merecida. Quanto à referida palestra, as colocações da professora Marta foram bem fortes quanto a situações como seleções em universidades citando entre elas a UFSM e o Henrique na fala de seu histórico como estudante também. São situações que não deveriam ocorrer, porque a discriminação é algo que deveria ser muito discutido, e apesar disso ocorrer de forma mais efetiva nos dias de hoje, ainda penso ser muito frágil as pessoas que sofrem com isso” (P13\_U26).

Apesar das conquistas e mudanças no acesso às universidades, em decorrência das políticas afirmativas, ainda são grandes os desafios enfrentados pela população negra no cotidiano das relações universitárias, pois ainda há a presença de práticas racistas, sexistas e de diversas outras interseccionalidades e opressões. É pertinente destacarmos que tudo isso

ocorre em virtude das representações sociais construídas historicamente a partir do pensamento colonial. Conforme destacado por P13 “a discriminação é algo que deveria ser muito discutido [...]”, nesse sentido, Sousa, Silva e Santos (2020, p. 222) apresentam como possibilidade para essas discussões:

[...] o ensino de Ciências pautado na contribuição de uma educação afirmativa possibilita que os educandos reflitam acerca das questões raciais visando a desconstrução de estereótipos racistas e construção da valorização das multiculturas constituintes da cultura brasileira.

Dessa maneira, também identificamos o *Preconceito* como elemento presente em duas unidades que emergiram das respostas de dois participantes (P3 e P21). São elas:

“[...] buscando a educação como arma chave para o fim de todo esse preconceito” (P3\_U8);

“As Políticas Públicas no ensino superior para os grupos que sofrem com desvantagens historicamente acumuladas são de suma importância uma vez que a educação é o único caminho para a erradicação do preconceito e abraço a diversidade [...]” (P21\_U42).

Segundo Marques (2018), ainda está presente na sociedade a crença de que há superioridade racial em relação à população branca sobre a população negra. Isso gera menosprezo à capacidade intelectual do negro - crença também presente nas universidades. Neste sentido, é necessário combater a ideia de supremacia branca por meio da educação étnico-racial e das políticas afirmativas. Assim, é importante criar pontes de acesso e, conseqüentemente, mudança dos perfis acadêmicos para gerar oportunidades para todos os grupos sociais existentes. Tudo isso pode contribuir para o combate das desigualdades historicamente acumuladas por interesses econômicos e políticos de grupos hegemônicos. Nesta perspectiva, destacamos o comentário de P3\_U8 “[...] buscando a educação como arma chave para o fim de todo esse preconceito”, Oliveira e Hoffmann (2021, p. 611) enfatizam a importância da formação docente para o combate ao racismo:

Isso demonstra a necessidade em estarmos atentos à capacitação de nossos docentes para que estes estejam aptos a discutir o racismo com crianças e adolescentes durante todo o percurso escolar e que, principalmente, se sintam empoderados e preparados a exercer uma prática pedagógica antirracista.

Em suma, apontamos diante dessa investigação a indispensabilidade de abordar as questões étnico-raciais, entre elas o racismo, as desigualdades sociais e a importância de Políticas Públicas no Ensino Superior para a formação docente, inicial e permanente, na área das Ciências da Natureza e demais áreas. Destacamos a necessidade da abordagem da temática em programas de Pós-Graduação. Compreendemos a educação como um caminho

para fortalecer uma formação cidadã e auxiliar na superação dos preconceitos como o racismo, além da intensa busca por uma sociedade mais justa e que valorize a todos e todas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das respostas dos e das 22 participantes, identificamos que suas percepções sobre as Políticas Públicas no Ensino Superior são de que essas contribuem para uma maior inclusão da população negra, assim como auxiliam no enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais - produto histórico que ainda está muito presente na sociedade. Além disso, destacamos como importante as percepções verificadas, considerando que todos os sujeitos investigados eram professores e professoras. Isso demonstra a possibilidade de implementação da educação para as relações étnico-raciais na prática em sala de aula, promovendo debate sobre a racialidade e as contribuições de diferentes povos para a construção do conhecimento e desenvolvimento da nossa sociedade. Porém, cabe salientar que é preciso investir na formação de professores e professoras do Ensino de Ciências. Uma maneira disso se concretizar é a partir da inclusão de temas sobre racialidade nos currículos dos cursos. Isso poderá contribuir para que os profissionais tenham maior embasamento da temática para a abordagem nos diferentes níveis de ensino e, por conseguinte, possam desenvolver práticas pedagógicas antirracistas, assumindo, assim, uma concepção educativa emancipatória.

Em relação à primeira categoria, que trata sobre inclusão e pertencimento, constatamos que é importante democratizar a Educação Superior. Como visto, a universidade ainda é um espaço destinado a uma pequena parcela da sociedade, a qual é majoritariamente branca. A população racializada, sobretudo aquela de maior vulnerabilidade socioeconômica, tem dificuldade de ocupar integralmente esses espaços - reflexo de barreiras historicamente construídas pelas classes dominantes. Tais reflexos podem culminar no racismo, na falta de oportunidade de emprego, na carência e na inefetividade das Políticas Públicas e na existência de uma Educação Básica que, muitas vezes, desconsidera as desigualdades sociais e raciais. Ademais, sinalizamos que a inclusão transcende o acesso à universidade, pois é preciso garantir a permanência dos sujeitos nesses espaços, para que se sintam acolhidos, respeitados e ouvidos. Também defendemos que o sentimento de pertencimento é gerado quando a população negra se sente representada e assistida na/pela universidade, seja na seleção dos referenciais teóricos utilizados pelos docentes formadores, seja nas representações artísticas,

seja pela presença de profissionais negros e negras, seja pela criação de espaços e projetos destinados à inclusão e permanência da população negra na Educação Superior.

A segunda categoria discute a importância de enfrentar o racismo, abrangendo suas dimensões e os desafios atrelados a ele. Assim, os sujeitos denunciam a carência de ações afirmativas nas Pós-Graduações, destinadas à reserva de cotas para a população negra, e também demonstram preocupação com a redução das verbas para pesquisas na área da educação, o que pode ter um impacto negativo, principalmente na produção de conhecimento acerca do tema. De modo geral, é perceptível que as Políticas Públicas são caminhos possíveis e de extrema importância para romper com a hegemonia existente, com o racismo e com a desigualdade. Outrossim, são ferramentas potentes para tornar a universidade um lugar para todos e todas, com o intuito de assumir como identidade a diversidade.

Consideramos que esta pesquisa contribuiu para demonstrar as percepções de professores e professoras acerca das implicações das Políticas Públicas educacionais no combate ao racismo. Para isso, é importante que haja mais Políticas Públicas voltadas à inserção e à permanência da população negra nas universidades. Além disso, faz-se necessário um trabalho articulado com a Educação Básica, para que o racismo e a diversidade sejam efetivamente abordados pelas escolas. Desse modo, é importante abordar essa temática na formação inicial e permanente de professores e professoras, a fim de proporcionar espaços de diálogos e reflexão sobre como utilizar a temática em sala de aula. Assim, destacamos como importante auxiliar na descolonização da educação, resgatando o conhecimento e conquistas dos diferentes povos que compõe esta nação, a partir dos espaços de diálogos e reflexões coletivas em todos os ambientes de ensino/aprendizagem. Acerca disso, defendemos que os temas de educação para as relações étnico-raciais sejam contemplados em todas as áreas, especialmente no Ensino de Ciências.

Logo, o reconhecimento e a valorização da história da população negra, sobretudo acerca de seu papel na constituição do Brasil, podem contribuir para a construção de uma educação crítica e de qualidade. Assim, a sua abordagem poderá favorecer a desmistificação de concepções equivocadas sobre o assunto como as ideias distorcidas e errôneas do continente africano, que muitas vezes se resumem apenas a retratação de um lugar “pobre” e “doente” sem qualquer reconhecimento das contribuições intelectuais, filosóficas e científicas, dos diversos povos que lá habitam e/ou habitaram.

Desta forma, consideramos o Ensino de Ciências uma ferramenta importante para combater às diversas consequências produzidas pelo colonialismo, racismo científico, e desigualdade. Ou seja, para a própria qualidade da pesquisa e ensino, é necessário prezar pela inclusão e diversidade dentro dos espaços acadêmicos. Sendo assim, este estudo enfatiza a importância de promover debates e discussões sobre a temática com os docentes, para investigarmos suas percepções a respeito das conquistas e avanços da população negra para o ensino de Ciências e educação científica ao longo da história. Por fim, consideramos como essencial mais pesquisas que investiguem como as Políticas Públicas ou a ausência delas têm impactado a vida da população negra.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019

BARROS, Surya, Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, vol. 42, núm. 3, Julho-setembro, 2016, p. 591-605. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/abstract/?lang=pt> . DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039> Acesso em: 2 nov. 2022.

ASPHE, Rhe. Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro - 1837. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 199–205, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29135> . Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n.1331 A de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-norma-pe.html> Acesso em 09 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 04 mar. 2022.

DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO: MEC: ANPED, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo, SANSONE, Livio. (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 63-82.

KERN, Gustavo da Silva. **Educar é eugenzar: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LAMPERT, Ernani. O Desmonte da Universidade Pública: A Interface de uma Ideologia. **Revista. Linhas**, v. 7, n. 2, p. 1-30, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira Marques. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VW9YBNPcKcfrnqtyMCMcVxm/?format=pdf&lang=pt> DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MARQUES, José Francisco Zavaglia; DREHMER-MARQUES, Keiciane Canabarro; KLEIN, Sabrina Gabriela; PEREIRA, Diuliana Nadalon; SILVA, Josiane Marques; OLIVEIRA, Natiéle Medina; GRAFFUNDER, Karine Gehrke. Processos formativos online em tempos de pandemia: Promoção de diálogos sobre educação e ensino. **Research, Society e do movimentonegroand Development**, v. 10, n. 4, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14415/12997>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MORAES Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí; 2016. 264 p.

OLIVEIRA, Michele Assis de; HOFFMANN, Marilisa Bialvo. Perspectivas antirracistas no ensino de Ciências e Matemática: Uma análise da Base Comum Curricular de Esteio/RS. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 4, n. 3, p. 596-613, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12149> DOI: <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2021v4i3.12149> . Acesso em: 27 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RODRIGUES, Aléxia Betina; LUNARDI, Larissa; MARQUES, José Francisco Zavaglia; DREHMER-MARQUES, Keiciane Canabarro. Canal Educação em Ciências como promotor do seriado ‘Encontros virtuais: diálogos sobre educação’. *In*: 36ª Jornada Acadêmica Integrada - JAI, 2021. Santa Maria. **Anais ...** Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

SOUSA, Deusa Maria de; SILVA, Clemerson Santos da; SANTOS, Rosicleide Maciel dos. O Ensino de Ciências Naturais e a Construção de um Currículo Educacional Antirracista na Escola Bernardino Pereira de Barros, Abaetetuba-PA. **Revista InsignareScientia-RIS**, v. 3, n. 4, p. 212-231, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11815/7544> DOI: <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2020v3i4.11815> Acesso em: 31 out. 2022.

VERRANGIA, Douglas. Diversidade e ensino de Ciências: formação docente e pertencimento racial. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, **Atas do ENPEC**, Águas de Lindóia, SP, 2013. Disponível em: [http://abrapecnet.org.br/atas\\_enpec/ixenpec/atas/resumos/R0244-1.pdf](http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/ixenpec/atas/resumos/R0244-1.pdf). Acesso em: 04 mar. 2022.

VERRANGIA, Douglas. Criações docentes e o papel do ensino de Ciências no combate ao racismo e a discriminações. **Educação em foco**, v.21, n. 1, p. 79-103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19657/10557> . DOI: <https://doi.org/10.22195/2447-524620162119657>. Acesso em: 04 mar. 2022.